

## Reuniões com Petrobrás e subsidiárias começam nesta quinta (15)

# Petros é prioridade no calendário de lutas da categoria

A FUP e 14 dos 17 sindicatos com bases de trabalhadores da Petrobrás estarão nos próximos dias reunidos com os representantes da companhia para apresentar e defender a pauta de reivindicação aprovada no XI CONFUP. Apesar dos sindicatos do Rio de Janeiro, de Sergipe/Alagoas e do Pará não terem referendado a FUP como negociadora, a Federação reafirma que representará todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás (veja matéria abaixo) na mesa de negociação.

A solução das pendências da Petros continua sendo prioridade no calendário de lutas da categoria e a FUP deixará claro na mesa de negociação que é imperativo que a Petrobrás proponha uma alternativa para resolver estas questões antes de apresentar uma contraproposta para o ACT 2005/2006.

Se não houver entendimento da empresa neste sentido, a FUP convo-

cará o Conselho Consultivo para apontar os encaminhamentos a serem tomados pela Federação. Os trabalhadores já fizeram a sua parte no GTPC, ao identificarem os principais problemas da Petros e alternativas de soluções.

Cabe, portanto, à Petrobrás apresentar suas propostas para que a categoria avalie e se posicione de vez em relação ao destino do Plano Petros e à situação dos trabalhadores sem previsão complementar.

### Principais reivindicações

- Reposição pelo ICV/Dieese (4,89%) e aumento real de 5%;
- Piso único, referente ao nível 220, para todos os trabalhadores, próprios e terceirizados;
- Avanço automático de nível;
- Incorporação à tabela salarial da VP-Periculosidade;
- Reposição das perdas salariais, ocorridas entre setembro de 1994 e agosto de 2004;
- Organização por Local de Trabalho (OLT);
- Representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás;

- Participação majoritária dos trabalhadores nos conselhos e na diretoria da Petros;
- Validade do ACT por dois anos para as cláusulas sociais;
- Nova política de segurança;
- Recomposição do efetivo, com primeirização das atividades permanentes;
- Aposentadoria especial;
- Anistia para os demitidos da Interbrás, Petromisa, Petroflex e Nitroflex;
- Redução de jornada sem redução de salário para o regime administrativo;

## Nossa campanha é unitária!

A FUP estará na mesa de negociação representando todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás e defendendo a pauta de reivindicação aprovada no XI CONFUP. Nossa campanha sempre foi e continuará sendo unitária, apesar dos Sindipetros RJ, SE/AL e Pará insistirem em desrespeitar as deliberações do Congresso, pregando a divisão dos petroleiros no momento em que mais precisamos estar unidos.

A FUP tem se pautado ao longo de toda a sua existência pela defesa intransigente da unidade da categoria. Diversas vezes, buscamos o consenso entre as correntes políticas que compõem o movimento sindical petroleiro para viabilizarmos uma agenda unitária

e coesa de reivindicação e luta.

O que move os dirigentes dos Sindipetros SE/AL e Pará é a disputa política do PSTU/MTS, norteadada pelo *Fora todos e A FUP não fala em nosso nome*. Já no caso do Sindipetro-RJ, fica cada vez mais latente que não há consenso nas decisões e encaminhamentos da direção.

Primeiro, os dirigentes do Rio de Janeiro defenderam a recusa da pauta deliberada pelo XI CONFUP e não encaminharam às assembleias a autorização da FUP como negociadora do ACT. Depois, voltaram atrás e procuraram a direção da FUP para buscar entendimentos em torno da pauta e da mesa única de negociação. Agora, para

surpresa da Federação, a direção do Sindipetro-RJ recuou, insistindo em não reconhecer a FUP como negociadora.

Confusão? Sectarismo? Divisionismo? Seja lá qual for a intenção destes dirigentes sindicais, é inadmissível que a irresponsabilidade de uns coloquem em risco a unidade de toda a categoria. Não permitiremos que os trabalhadores sejam prejudicados por três sindicatos, onde as direções desrespeitam o CONFUP, nossa instância máxima de deliberações.

A FUP não reconhecerá negociações paralelas e insiste para que os trabalhadores das bases do RJ, de SE/AL e do Pará não permitam divisões em nossa campanha reivindicatória.

# Trabalhadores pressionam e fazem TCU revogar decisão que suspendia licitação de 42 navios petroleiros

A pressão dos trabalhadores surtiu efeito e fez o Tribunal de Contas da União (TCU) voltar atrás e revogar a medida cautelar que suspendeu a licitação para construção de 42 navios petroleiros encomendados pela Petrobrás. O Tribunal constatou o equívoco da decisão e reconheceu que não havia irregularidade no processo de licitação.

Na segunda-feira (12), representantes da FUP, dos marítimos e dos metalúrgicos estiveram reunidos com os ministros do TCU para protestar contra a suspensão da licitação dos navios. Os trabalhadores entregaram ao presidente do TCU, Adilson Mota, o manifesto **Em defesa do renasci-**

**mento da indústria naval brasileira e do emprego de mais de 20 mil trabalhadores**, assinado pelas entidades sindicais.

“A maior encomenda de grandes navios já feita por uma única empresa à indústria naval brasileira não pode ser paralisada em virtude de julgamentos açodados, conclusões precipitadas ou interesses inconfessáveis”, alertou o documento.

Segundo os metalúrgicos, a construção dos navios encomendados pela Petrobrás tem importância estratégica, pois cada emprego direto gera outros três, o que representa a abertura de 60 mil postos de trabalho no setor da indústria naval.

## Impasse em Mangueiros continua

Os trabalhadores da Refinaria de Mangueiros ainda aguardam uma solução que viabilize a retomada das atividades de refino, que estão suspensas desde o início de agosto. Após a reunião do Conselho de Administração, na terça-feira (13), dirigentes da refinaria informaram aos trabalhadores que os acionistas estão reavaliando o novo cenário do setor, após as recentes mudanças econômicas ocorridas no mercado nacional e internacional.

Apesar de admitir a possibilidade de retomada do refino, a direção da Refinaria de Mangueiros não aceita a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho até 30 de abril de 2006. O acordo é válido até o final deste mês (30/09) e não até novembro, conforme havia sido divulgado nos boletins do Sindipetro-RJ e da FUP. Os petroleiros admitem adiar a discussão da reposição salarial para garantir a renovação do acordo até o ano que vem. Mas para isso, exigem que sejam preservadas as cláusulas sociais. O CA da refinaria volta a reunir-se no próximo dia 27.

**O X da questão** - Alguns especialistas do setor já admitem que a crise nas refinarias privadas é fruto da falta de investimentos, principalmente no processamento do óleo brasileiro, que é mais pesado. Durante cinco anos, o governo subsidiou as refinarias privadas, mantendo as mesmas condições especiais que tinham

antes da quebra do monopólio. O objetivo era que as refinarias se adequassem às novas condições de mercado estabelecidas pela Lei do Petróleo, garantindo, inclusive, os postos de trabalho.

O Sindipetro-RJ pretende cobrar através de ações judiciais o ressarcimento destes subsídios. Leia principais trechos do editorial publicado pelo sindicato:

*“(...)O dinheiro público transferido para a Refinaria de 1998 a 2003 tinha o objetivo de estimular o setor, ampliar a capacidade de refino na iniciativa privada e garantir os empregos dos trabalhadores da primeira refinaria brasileira. Nada foi investido. Apesar de ter encomendado três projetos de modernização, não implementou nenhum. (...)”*

*A própria empresa admitiu publicamente na imprensa, no início de agosto, que não foram realizados os investimentos. E, para fechar com chave de ouro, a ANP, responsável pela fiscalização na aplicação do subsídio, decidiu “perdoar” a dívida, em 2004.*

*Em abril deste ano, os petroleiros foram usados mais uma vez como desculpa para a empresa conseguir isenção de ICMS do Estado. A iniciativa – inédita – isentava o pagamento deste imposto em contrapartida para a Refinaria “fazer em suas instalações no Estado do Rio de Janeiro investimentos em obras na ordem de 80 milhões e 320 mil reais, gerando 1.500 empregos diretos e outros tantos indiretos” (decreto-estadual 37.486).*

*Cadê o investimento? Cadê os empregos?”*

## FIQUE DE OLHO

### Agenda da FUP

**14/09** - Reunião da Direção da FUP junto com o DIEESE, preparatória para as rodadas de negociação com a Petrobrás

**15/09** - Negociação com a Petrobrás - Benefício, Segurança no Emprego, Recrutamento e Seleção de Pessoal

**16/09** - Negociação com a Petrobrás - SMS e Inovações Tecnológicas

**19/09** - Negociação com a Petrobrás - Condições de Trabalho, Vantagens e Adicionais

**20/09** - Negociação com a Petrobrás - Relações Sindicais, Outras Disposições e Salários  
**Seminário Petros** - nos próximos dias, será definida a data do Seminário Nacional sobre Petros

### Mudanças na Executiva da FUP

Em reunião da Direção Colegiada da FUP, ocorrida nesta terça-feira (13/09), o companheiro Antônio Aparecido Carrara solicitou o seu licenciamento da Federação por motivos pessoais. Passa a exercer a Coordenação o companheiro Hélio Seidel, que ocupava a diretoria de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Inovações Tecnológicas.

Em sua terceira gestão na direção da FUP, Hélio é diretor do Sindipetro-PR/SC e técnico em manutenção da Superintendência da Industrialização do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul (PR). Entrou para a Petrobrás em 1993, mas milita no movimento sindical desde 1985, quando esteve à frente da Oposição Sindical Metalúrgica de Curitiba e Região Metropolitana. Já integrou também a direção da CUT-PR.

Com a mudança na Coordenação da FUP, passa a assumir a titularidade o companheiro João Antônio Moraes, diretor do Unificado de São Paulo.